

A ESCRITA DE SI DOS CORPOS-VOZES FEMININOS NA LITERATURA GUINEENSE

THE SELF-WRITING OF FEMALE BODIES-VOICES IN GUINEAN LITERATURE

Betinha Yadira Augusto Bidemy Casimiro Sá¹

Angela Guida²

RESUMO

Este artigo buscou apresentar, por meio de narrativas produzidas na Guiné-Bissau, um espaço para discutir e refletir acerca das relações existentes entre saberes literários construídos, com ênfase em produções engendradas por mulheres, de modo especial, Odete Semedo e Domingas Samy. Odete Semedo é uma poeta atuante nas pautas ligadas à alteridade feminina, na vida política do país e direitos das mulheres guineenses. Domingas Samy também volta seu olhar para as alteridades femininas e as tradições do povo guineense. A ela coube o pioneirismo de ter publicado a primeira obra em prosa na Guiné-Bissau — o livro de contos **A escola**, em 1993, chamando atenção para questões como colonialismo português e casamentos arranjados. As narrativas das mulheres literatas guineenses nos ajudam a refletir que literatura, política e direitos humanos podem ser pensados juntos, sobretudo quando se trata de literatura produzida em países de África, ex-colônias, sob a rubrica de mulheres pretas.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura guineense. Alteridade feminina. Corpo-político. Desobediência epistêmica.

ABSTRACT

This article sought to present, through narratives produced in Guinea-Bissau, a space to discuss and reflect on the relationships between literary knowledge constructed with an emphasis on productions created by women, especially Odete Semedo and Domingas Samy. Odete Semedo is a poet active in issues related to female otherness, the country's political life, and the rights of Guinean women. Domingas Samy also turns her attention to female

otherness and the traditions of the Guinean people. She was the pioneer of having published the first prose work in Guinea-Bissau — the book of short stories **A escola**, in 1993, drawing attention to issues such as Portuguese colonialism and arranged marriages. The narratives of Guinean women writers help us reflect on the fact that literature, politics, and human rights can be considered together, especially when it comes to literature produced in former African colonies under the rubric of black women.

KEYWORDS: Guinean literature. Feminine otherness. Body-politic. Epistemic disobedience

Às vezes eu temo escrever.
A escrita adentra o medo
Para que eu não possa escapar de tantas
Construções coloniais
Nesse mundo
Eu sou vista como um corpo que
Não pode produzir conhecimento
Como um corpo fora do lugar
Eu que, enquanto escrevo.
Cada palavra escolhida por mim
Será examinada,
E, Provavelmente, deslegitimada.
Então, por que eu escrevo?
[...]

Grada Kilomba

INTRODUÇÃO

As produções literárias de Guiné-Bissau, em especial, as de autoria feminina, podem ser lidas como exemplos de escrita de si, bem como de desobediência epistêmica, uma vez que tais produções representam saberes e formas outras de conhecimento que a lógica colonial não dá conta de pensar, porque são saberes deslegitimados, revestidos por histórias de silêncios impostos, de vozes torturadas, de línguas interrompidas por idiomas forçados. São produções que se inscrevem à margem das grandes narrativas e/ou teorias, demonstrando que outras bases epistemológicas de conhecimento são possíveis, ao contrário do que preconiza o pensamento hegemônico europeizado, que deseja ler todas as produções literárias e culturais a seu modo, ignorando o *locus* geoistórico cultural de nações outras, como é o caso da Guiné-Bissau.

As mulheres enfrentam vários tipos de violências dentro e fora de casa, fruto do abuso de poder praticado insistentemente contra corpos vulneráveis, o que se configura, sem receio de exageros, como exemplos de necropolítica. Conforme argumenta Achille Mbembe (2018), ao abandonar

os corpos vulneráveis à própria sorte, o Estado pratica uma política de morte. Quem cuida para fazer valer os direitos dos corpos femininos? Melhor. Quem cuida para fazer valer os direitos dos corpos femininos pretos e livrá-los da política de morte? Impossível não lembrar dos versos de June Millicent Jordan, um corpo-voz atuante nas pautas de raça, gênero e imigração. Em sua produção literária e teórica, faz uso do chamado “inglês negro”, com o objetivo de valorizar a língua e a cultura do povo negro. Jordan foi (é) um corpo-voz militante nos direitos das mulheres negras, como é possível vislumbrar nos versos de “Poema sobre meus direitos”, um lamento-revolta diante de abusos sobre corpos vulneráveis, sobretudo aqueles de natureza sexual.

Mesmo hoje eu preciso dar uma volta e arejar
minha cabeça em relação a esse poema que é sobre porque
eu não posso
sair sem trocar de roupa de sapato
a postura do meu corpo meu gênero minha identidade
minha idade
meu status como mulher sozinha à noite/
sozinha na rua/ sozinha não é o problema/
o problema é que eu não posso fazer o que eu quero
fazer com meu próprio corpo porque eu tenho o gênero
errado a idade errada a pele errada [...]
(Jordan, 1980, s/p).

A antropóloga e feminista Rita Segato argumenta que a violência sexual perversamente condena suas vítimas, na maioria das vezes, a um infindável silêncio. “O estupro é um ato que prende as mulheres a seus corpos como sinal de uma posição inescapável, de um destino silenciado” (Segato, 2022, p. 14). Um destino silenciado pelo patriarcado, uma vez que os abusos podem acontecer em casa, na vizinhança, isto é, por pessoas ditas de “confiança”. Ao tentar romper com a cultura do silenciamento e tornar públicas tais agressões, há vítimas que sofrem ameaças e, em alguns casos, as ameaças se fazem cumprir, como se pode notar com o aumento considerável do número de feminicídios.

A transformação da guerra está associada a uma inteligência bélica que detectou que a distribuição dos corpos das mulheres por meio da profanação sexual ataca o sistema nervoso central da sociedade, uma vez que ela destrói o tecido social de maneira irremediável. Além disso, trata-se de uma [técnica] barata, que ocorre graças ao recurso mais acessível de todos: o trabalho bélico constituído pela virilidade formatada por meio do “mandato de masculinidade” típico da pré-história patriarcal da humanidade e, em especial, pela curva histórica do momento, marcada pelo domínio dos relacionamentos em vigor na atualidade (Segato, 2022, p. 29).

Mas por que razão estamos falando desse tipo de crime contra corpos femininos? Aonde desejamos chegar com tal reflexão? Ao cenário político, porque são acontecimentos dessa natureza que acabam por conduzir

as mulheres ao espaço da política, pois desejam fazer chegar a um maior número de pessoas as mensagens de outras mulheres, permitindo que suas vozes sejam ouvidas e reconhecidas, isto é, criar leis que amparem os corpos femininos. Mais que isso: criar leis e garantir que elas se façam cumprir. Desde a infância, às mulheres, sobretudo, em muitos países do continente africano, é dado um lugar nomeado pelos homens, que é o espaço dentro da casa. Conforme aponta Baldé, em algumas etnias, isso é uma questão cultural:

A superioridade masculina está enraizada e naturalizada na mente de muitas mulheres, devido algumas tradições étnicas (Fulas, Mandingas etc.) e culturas que educam as mulheres para esperarem um bom casamento, obedecer e respeitar o marido, sem contar com algumas violências que muitas meninas sofrem quando falamos do casamento como por exemplo a não poder escolher seus maridos, porque, como fala Garraão (2017) as mulheres da etnia Papel são conduzidas ao casamento de uma forma obrigatória pela família, sem terem o direito de escolher seus próprios maridos. (Baldé, 2023, p. 2)

O conto “Mutola”, de Paulina Chiziane, é uma crítica contumaz a esse “ser mulher”, quando a escritora moçambicana nos apresenta a história de Lurdes, uma personagem que descoloniza esse suposto saber acerca de uma “natureza feminina”, legitimada pelo discurso colonizador do patriarcado.

— És completamente maluca, Lurdes — diziam as amigas lá do bairro. Tu não és mulher!
— Por quê? O que significa ser mulher? — questionava, incrédula.
— Ah! Mas que pergunta! — diziam com ar de gozo. Será que nunca viste nas revistas, nas novelas?
— Não tenho vontade nenhuma de perder o meu tempo a entrançar cabelos de boneca respondia, zangada.
— Devias, sim, preocupar-te com coisas de mulher. Por exemplo, ser mais sensual. Fazer enxoval. Concluir um curso de cozinha e outro de boas maneiras enquanto esperas um noivo, para casar e fazer filhos. Não é para isso que as mulheres servem?
— Farei tudo isso um dia!...
— Um dia? Vais perder essa juventude toda à espera do tal dia? (Chiziane, 2019, p. 119).

A subversão de Lurdes alcança seu auge quando ela elege o futebol, “santuário exclusivo dos homens”, como profissão; uma afronta sobretudo porque Lurdes é uma excelente jogadora. Entretanto, talvez, o mais problemático nesta pequena narrativa de Chiziane sejam as vozes femininas que naturalizaram esse discurso de “coisas de mulher”. Talvez a questão seja outra: essas mulheres endossam tal discurso justamente porque ele está naturalizado e, às vezes, responde pelo nome de tradição cultural.

Lamentavelmente, ainda são frequentes episódios de machismo no cotidiano africano, mesmo entre homens que tiveram acesso à educação formal. É famosa a frase da ex-guerrilheira guineense Carmem Pereira que dizia que na Guiné-Bissau as mulheres precisavam combater dois colonialismos: o dos portugueses e o dos homens. “A Guiné-Bissau é um país que sofreu pela colonização, que de certa forma deixa essas heranças e não escapa do cenário do machismo” (Garraão, 2022, p. 1). Na África do Sul, durante a pandemia, por exemplo, a violência, em decorrência do machismo, foi tratada como uma outra pandemia e chamou atenção até do presidente do país, Cyril Ramaphosa — “Preocupante que durante um período tão difícil mulheres e meninas estejam aterrorizadas em suas casas e sejam obrigadas a fazerem ligações de emergência desesperadas” (Ramaphosa, 2020, p. 1). Na Guiné-Bissau, a violência em decorrência do machismo, em 2020, deu origem à campanha Mindjer ika Tambur, que em crioulo significa mulher não é tambor. A idealizadora da campanha, Aurora Espírito Santo, contou com a colaboração de personalidades conhecidas naquele país, que foram maquiadas por Umo Djaló. A famosa maquiadora da Guiné-Bissau, por meio da maquiagem, simulou atos de violência nos corpos das voluntárias, que depois foram fotografados e exibidos em uma rede social. A campanha acabou por se transformar em um movimento, uma organização não governamental, que tem como coordenadora a antropóloga guineense Yolanda Garraão. O objetivo é conscientizar as mulheres, mas sobretudo a sociedade guineense acerca dos direitos das mulheres. “Em função do nosso trabalho e das nossas organizações, como é o caso do Movimento Mindjer Ika Tambur, que tem trazido esse assunto à tona, ao público, nos círculos familiares, mas também como sendo uma responsabilidade pública” (Garraão, 2022, s/p)



Figura 1: Mulheres na Campanha Mindjer Ika Tambur.

Fonte: <https://www.voaportugues.com/a/guin%C3%A9-bissau-campanha-quer-incentivar-mulheres-a-denunciar-atos-violentos/5479924.html>

Assim, as produções literárias guineenses femininas são duplamente desobedientes: desobedecem a lógica colonial e a lógica do patriarcado. São corpos-vozes políticos, que se encontram em lugares de resistência, uma vez que são produzidos em uma sociedade que ainda se encontra pautada em valores masculinos e com alguma violência, como nos revela a campanha apresentada pelo movimento Mindjer Ika Tambur.

QUEM TEM MEDO DA MULHER GUINEENSE?

Sojourner Truth é o corpo-voz de uma mulher preta que ecoou longe. Para hooks, Truth não foi a única mulher preta a defender a paridade para as mulheres, mas, sem dúvida, foi uma grande inspiração, pois seu vigor na defesa de pautas femininas, motivou outras mulheres pretas a também darem o grito, depois de tantos anos de opressão, tantos anos sem poder respirar. hooks observa que muitas mulheres, de modo particular, as pretas, fizeram eco a Sojourner Truth, porque seu corpo-voz amplificado por sua experiência de vida demonstrava a força das mulheres pretas.

Ao contrário da maior parte das mulheres brancas defensoras de direitos, Sojourner Truth pode referir-se à sua própria experiência de vida pessoal como evidência da capacidade da mulher para funcionar como um pai; em ser igual ao homem no trabalho; em suportar a perseguição, o abuso físico, a violação, a tortura e não apenas sobreviver mas emergir triunfante (hooks, 2019, p. 115).

hooks questiona a afirmação de que todas as mulheres são oprimidas, porque, na leitura da estudiosa, para as mulheres pretas o fardo a se carregar é bem mais pesado, a começar por não serem ouvidas. “Se as mulheres negras de classe média tivessem iniciado um movimento em que rotulassem a si mesmas de “oprimidas”, ninguém as teria levado a sério. Tivessem criado fóruns públicos e feito discursos sobre sua “opressão”, teriam sido criticadas e atacadas por todos os lados” (hooks, 2019, p. 33 - 34). Quando uma mulher preta faz uso de seu corpo-voz e se coloca em marcha para reivindicar seus direitos, é, por vezes, acusada de vitimismo, mas passa bem longe disso. Trata-se de uma luta legítima, afinal, mulheres pretas vivem numa sociedade na qual se faz necessário provar, a todo momento, valores ligados à competência profissional dentre outros, daí, ser tão relevante pensar a relação gênero e raça, como propõe María Lugones.

Devido à maneira como as categorias são construídas, a intersecção interpreta erroneamente as mulheres de cor. Na intersecção entre “mulher” e “negro” há uma ausência onde deveria estar a mulher negra, precisamente porque nem “mulher” nem “negro” a incluem. A intersecção nos mostra um vazio. Por isso, uma vez que a interseccionalidade nos mostra o que se perde, ficamos com a tarefa de reconceitualizar a lógica da intersecção, para, desse modo, evitar a separação

das categorias existentes e o pensamento categorial. Somente ao perceber gênero e raça como tramados ou fundidos indissolivelmente, podemos realmente ver as mulheres de cor. (Lugones, 2020, p. 12 e 13)

Isso quer dizer que o Estado tem grande parcela de responsabilidade pela manutenção do poder masculino, como é possível vislumbrar na sociedade guineense, uma vez que não promove políticas públicas de gênero eficientes, no sentido de fomentar a justiça social e a paridade de gêneros. Na obra **A escola**, Domingas Samy problematiza muito desse cotidiano desequilibrado, sobretudo, no trato com as mulheres. Tal relação fica evidente, por exemplo, quando a escritora guineense nos apresenta o exercício reflexivo feito por uma das personagens ao se dar conta da situação degradante e abusiva que vive com seu parceiro. “Nós mulheres somos mesmo fáceis de enganar quando amamos uma pessoa. O que me dói mais é ser tratada todo esse tempo feita escrava, só sirvo para trabalhar, enquanto que a outra é senhora de um palácio” (Samy, 1993, p. 8-9). Na narrativa de Domingas Samy, há um tom de lamento e, ao mesmo tempo, uma denúncia dos privilégios masculinos, entre eles, a poligamia. Um homem pode ter outras esposas, mas as mulheres não podem ter relações poligâmicas, pois caso tenham, não será poligamia, mas irá se configurar como um caso de adultério e, em algumas regiões do continente africano, mulheres que praticam o adultério são punidas com crueldade. “Se a *matchundadi* em si pressupõe hierarquia, poder e dominação, uma *cultura di matchundadi* empolaria exatamente estes elementos não apenas na relação entre homens e mulheres de uma sociedade, mas entre os próprios homens” (Moreira, 2017, p. 196).

A cultura de *matchundadi*, cuja raiz vem de *matchu*, isto é, “macho”, de certo modo, negou a produção escrita literária das mulheres guineenses, pois as mulheres se dedicavam exclusivamente aos afazeres domésticos, evidenciando relações de poder em que os homens possuíam maior domínio das esferas sociais. Ademais, várias etnias as proibiam de frequentar o sistema escolar, bem como outras instituições sociais, educacionais e políticas. A *matchundadi* é um comportamento performático e político que toma a virilidade como meio de aplicar o poder masculino como forma de deslegitimar mulheres, especialmente dentro do campo familiar e político, portanto moral e ético. Sobre as complexas relações de gênero em Guiné-Bissau, Joacine Katar Moreira argumenta que desigualdades, violências e instabilidade política “são simultaneamente causas e consequências da afirmação progressiva das masculinidades violentas na Guiné-Bissau e da sua institucionalização enquanto modelo para o exercício do poder político” (Moreira, 2017, p. 6 e 7). A baixa produção literária guineense feminina em Guiné-Bissau pode ser um dos sintomas dessa cultura, no entanto, há corpos-vozes que resistem a ela e escrevem narrativas outras, como é o caso de Odete Semedo e Domingas Samy.

OS CORPOS-VOZES DE ODETE SEMEDO E DOMINGAS SAMY ENCENAM CENAS DE VIDAS GUINEENSES

A literatura guineense de autoria feminina se inscreve em um lugar de resistência contra os costumes ou sociedade patriarcal, contra o abuso de poder e outras violências. É tímido o crescimento das mulheres em relação à produção literária e à participação na política em Guiné-Bissau, o que evidencia um sério problema de gênero na sociedade guineense, onde o cenário da literatura ainda é majoritariamente masculino. No entanto, isso não impede a resistência de corpos-vozes que lutam por negar essa condição de mulher (leia-se “coisa de mulher”) que foi imposta ao longo dos tempos e reescrever uma narrativa feminina descolonial, em que a silhueta não seja a da desventura, do choro desesperado, da garganta sem forças, mas sim de um corpo-voz que tem algo a dizer.

Silhueta da desventura

Sou a sombra dum corpo que não existe
Sou o choro desesperado
Sou o eco de um grito articulado
Numa garganta sem forças
Sou um ponto no infinito
Silhueta da desventura

Perdida neste espaço
Vagueando... finjo existir
Insistem chamar -me criança
E eu insisto ser
A esperança do incerto

O meu tantã é de outros tempos
A melodia que oiço
É o crepitar de chamas
Confundindo-se com o roncar da fome
E o chão onde piso
É uma ilha de fogo

A minha nuvem é a fumaça
Da bala disparada
Gotas salgadas orvalham
O meu pequeno rosto
Enquanto choro
Na esperança do incerto (Semedo, 1996, s/p).

“Silhueta da desventura” remete às dores do colonialismo coladas no corpo-pele-linguagem, que faz desse corpo uma sombra. É uma voz subalternizada, de um sujeito poético que está perdido nas incertezas de caminhar entre o agora sem esperança e o passado opressor do colonialismo. “Finge existir.” O passado assombra o futuro — “a minha nuvem é a fumaça da bala disparada”. No entanto, apesar de tudo, é preciso seguir porque há esperança no incerto.

O corpo-voz da poeta Maria Odete da Costa Soares Semedo há muito vem driblando a silhueta da desventura. Semedo nasceu na primavera de 1959, em Guiné-Bissau e concluiu os seus estudos secundários no Liceu Nacional Kwame N’Krumah. Formou-se em Língua e Literatura Modernas pela Universidade Nova de Lisboa. Ocupou vários cargos políticos Bissau: Diretora Geral de Ensino de Guiné-Bissau, Ministra da Educação Nacional, Ministra da Saúde, Docente, e uma das fundadoras da Associação de Escritoras da Guiné-Bissau, Reitora da Universidade Amílcar Cabral. Semedo é doutora pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais desde 2010, com a tese intitulada **As mandjuandadi – cantigas de mulher na Guiné-Bissau**: da tradição oral à literatura. Entre suas publicações, destacam-se: **Entre o ser e o amar** (1996), **Histórias e passados que ouvi contar** (2003), **No fundo do canto** (2007), **Guiné-Bissau — História, culturas, sociedade e Literatura** (2010), **Literatura da Guiné-Bissau cantando os escritos da história** (2011).

De acordo com Miguel Barros, “Na Guiné-Bissau, a poesia transformou-se num palco propício para desencadear processos de afirmação identitária, quer através da fala, como da escrita em Kriol (crioulo) e português, ganhando deste modo um cariz bastante militante” (Barros, 2013, p. 1). No palco poético ao qual se refere Barros, vislumbramos um espaço para corpos-vozes femininos e Odete Semedo, com seu corpo-voz se afirma como um corpo-voz feminino que luta com versos e, também, nas instâncias políticas oficiais do país em favor das pautas de mulheres guineenses, afinal, Semedo esteve à frente de vários cargos importantes no governo do país (inclusive o de Ministra da Educação), um feito alcançado por um número bastante reduzido de mulheres na Guiné-Bissau. No INEP, onde é pesquisadora há mais de vinte anos e desenvolve projetos para abrir os arquivos das produções dos corpos-vozes das mulheres guineenses, como é o caso da coleção **Kebur II Palavras de Mulher**, estudo biográfico de mulheres guineenses iniciado em 2017, época em que concedeu a entrevista da qual extraímos o fragmento que se segue.

WMC: Poderia nos falar um pouco sobre o seu trabalho como coordenadora da série de publicações **Palavras de mulher** e do núcleo de “Mulher e gênero do INEP”?

Odete Semedo: É algo novo, **Palavras de Mulher**, foi uma intuição. Eu falei com a tia Carmem Pereira uma vez, ela entregou-me o diário e pediu-me que eu digitasse e imprimissemos que ela queria entregar às pessoas para lerem aquilo que ela escreveu. Eu peguei no diário, li o diário e eu entendi que havia coisas que não estavam claras. Que eu precisava saber. Mas, de resto, pensei: “Não. Este é mais do que um diário. Isto é uma obra.” E perguntei-me: “Porque não criar algo?” Já que tínhamos uma coleção literária **Kebur**, porque não uma série. Que tal “Palavras de Mulher”? E isso veio, não por acaso, porque eu já tinha visto outras obras sobre mulheres e outras sobre palavras. Em que o vocábulo “palavras” estava ali. Eu disse: “Não, vou ver como construir isto.” E acabei construindo e apresentando a proposta “Palavras de Mulher”, que foi bem aceita pela então direção do Inep.[...] (Semedo, 2017, p.1)

No poema intitulado “Cale-se”, é possível vislumbrar um pouco do que o corpo-voz de Semedo também diz e faz com seus versos na luta pelos direitos da mulher de existir por ela mesma sem um cale-se, afinal, “Você não vê o machismo guineense, assim de cara. [...] É preciso ser muito astucioso para poder descobrir os caminhos da discriminação sobre a mulher e da discriminação por ser mulher. O meu fazer literário percorre estes caminhos todos, percorre os atalhos da vida de um país que está-se a fazer” (Semedo, 2017, p. 1).

Cale-se
Tua fala teu berro
voz grossa e arrepiante
deu o teu grito de chefe
dono de correntes de aço
Queres a minha cabeça curvada
Meu corpo vergado
Minha mente sonâmbula
diante da tua ordem e do teu grito: Cale-se

Cale-se ressoou
aos meus pés fincados no chão
Cale-se ressonou
Diante da minha força
nossa

Cale-se
Para aceitar a oca força
do teu machismo
Cale-se
para calcar a minha raiva
Cale-se
para que pises a minha liberdade
Cale-se
para aniquilar a insubmissão da minha gente
Não!

Eu te renego
Nego o teu cale-se
Pego no meu cálice
minha cabaça
e derramo
em libação aos Ancestrais
pela voz das insubmissas
Nãao ao teu cale-se!
Não!!
(Semedo, 2023, p.185-186)

Semedo traz em seus versos um basta aos silenciamentos a que as mulheres guineenses são impostas em nome do patriarcado, que, às vezes, atende pelo nome de tradição cultural. Esse dono que deseja as cabeças curvadas, dizendo “sim senhor”, ainda é uma realidade existente e que deve

ser combatida, pois chega de corpo vergado, mente sonâmbula. Diante do cale-se, o sujeito poético se coloca em movimento de insubmissão e enuncia um basta! ao transformar o cale-se em cálice e reverenciar as todos os corpos-vozes das mulheres insubmissas, aos corpos-vozes da Ancestralidade. “Nãao ao teu cale-se! Não!! Basta!” É inevitável não acrescentar um basta ao final dos versos de Semedo, porque o tempo todo se tenta calar a voz das mulheres guineenses. De acordo com Semedo, “Sou do tempo dos que gritam e se batem por uma causa e bradam: esta causa é meu chão” (Semedo, 2023, p. 254). A causa ou as causas de que fala Semedo começam no chão de casa e se estendem para um chão maior, que é o país. Lembram-se das palavras de Carmem Pereira? Em Guiné-Bissau, é preciso fazer dois processos de descolonização: de Portugal e dos homens. Assim, o calar-se, o renegar-se aos mandos e desmandos é dos “donos” do machismo e dos donos do colonialismo que ainda são tão presentes. A literatura pode e deve ser uma aliada nessa luta pelos direitos das mulheres guineenses.

À Domingas Samy cabe o pioneirismo de ter sido a primeira escritora a publicar um texto em prosa na Guiné-Bissau — **A Escola** — em 1993 e isso definitivamente não é pouca coisa. Samy é mais conhecida por sua escrita em prosa, mas também podemos encontrar alguns poemas dispersos em *sites* e revistas literárias. A obra **A Escola** traz narrativas que discutem a presença da figura feminina na sociedade guineense. Augel, importante nome na pesquisa da literatura e cultura guineense, argumenta que “Os contos de Domingas Samy estão impregnados da preocupação pela condição feminina, pela posição da mulher na sociedade guineense e isso já seria motivo para despertar o interesse do público leitor” (Augel, 1998, p. 325). Em **A Escola**, Samy discute questões importantes que constituem a sociedade e cultura guineense e uma delas diz respeito à emancipação das mulheres por meio da educação, como se pode perceber pelo título da obra. “Às vezes chego a duvidar se será possível um dia realizar o meu sonho: se poderei ser enfermeira, cuidar dos doentes, sentir-me útil à sociedade e não escrava do marido como a minha mãe, as minhas madrastas e irmãs” (Samy, 1993, p. 25, grifo nosso).

As vidas das personagens são marginalizadas e silenciadas pelo dito poder colonial, em que a mulher é sempre desprezada. No desenrolar da narrativa, os três contos, falam do aborto, da SIDA (HIV), prostituição, casamento arranjado, poligamia. Todos esses pontos são trazidos ou apresentadas à comunidade guineense para chamar atenção da sociedade e evidenciar como as personagens escolhidas por Samy são afetadas pelo poder do colonizador (Portugal e o machismo) e ao mesmo tempo evidenciar como a força da mulher guineense tenta resistir a tudo isso.

A obra **A Escola** é dividida em três contos: “A escola,” “Maimuna” e “O destino”. Nas três narrativas (mais evidente nas duas primeiras), como endossa o título da obra, há a crença no saber institucionalizado como possível saída para as classes mais vulneráveis e a feminina é uma delas. “É por isso que eu não me canso de falar convosco, de vos pedir que agarrem

com unhas e dentes aos livros, para que possam amanhã comprar pão com vosso próprio suor, para que vocês e os vossos filhos venham a ter no futuro boa comida e boa casa” (Samy, 1993, p. 15). Essa crença e insistência na emancipação pelas vias do saber institucionalizado se revela tão forte a tal ponto de se tornar uma espécie de ideia fixa na obra, como aponta Augel (2007). Amílcar Cabral colocou a educação escolarizada como parte da luta revolucionária por ela estar tão distante do povo guineense, uma vez que no período colonial a escola era para brancos e no pós-colonial, não mudou tanto, continuou sendo um espaço hierarquizado e, no caso das tradições guineenses, um espaço negado às mulheres, por “entender” que elas serviriam melhor nos espaços da casa. Assim, como bem observa Patrícia Godinho Gomes a educação formal também pode ser uma arma contra o colonizador — “A educação como elemento fundamental do combate ao analfabetismo e à ignorância constituiu uma das principais armas utilizadas para combater o sistema colonial” (Gomes, 2010, p. 91).

O conto “Maimuna” é uma crítica ao costume guineense dos casamentos arranjados, pois Maimuna, a personagem central, tem o sonho de se casar com um homem que ela mesma escolher, sem ter que ficar com um marido eleito pela família, como manda o costume tradicional. Maimuna representa a mudança, pois questiona imposições feitas às mulheres em nome de uma tradição cultural. Ela mesma, por mãos próprias, reivindica o direito de escrever sua própria história. No conto, podemos perceber a força da personagem, que não aceita ser manipulada pela sociedade tradicional, em que o desejo da mulher é colonizado. Maimuna não quer ser “escrava do marido como a minha mãe, as minhas madrastas e irmãs” (Samy, 1993, p. 25). Ela quer o direito de reger a própria vida, algo simples, mas à Maimuna, em nome da tradição cultural, é negado o direito de escolher o próprio marido e o direito de frequentar a escola.

O conto “O destino” aborda o período colonial, em que o destino da sociedade da época era incerto, em virtude dos muitos desafios, principalmente, aqueles referentes à discriminação de classe social, representado na forma de proibição do amor entre duas pessoas de estratos sociais diferentes. A personagem Anazinha é prova dessa proibição, uma vez que ela e o personagem João são de classe social diferentes e, como se isso não fosse suficiente, ela é preta e ele tem o tom de pele mais clara. Anazinha perdeu seu pai muito cedo, vitimado pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), já que o pai era um homem muito ativo no Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC). A mãe ficou viúva com seus filhos e, sem condições para criá-los, acabou colocando-os para adoção com pessoas que eram conhecidas do falecido marido.

As três narrativas de **A Escola** reproduzem a lógica perversa do colonialismo pelo qual passou a Guiné-Bissau, sendo que no último conto — “O destino” — esses traços ficam mais evidentes nas relações de “adoção” (exploração) de Anazinha e Albertinho. Até porque o conto se passa no período histórico colonial, no entanto, as outras narrativas — “A escola”

e “Maimuna” — apesar de não se desenvolverem naquele período, trazem marcas dele, o que as inscreve sob o signo da colonialidade. Mulheres-menhinas sendo exploradas sexualmente em virtude da extrema pobreza, mulheres em trabalhos duros como os de badeira para sustentar a casa, abortos clandestinos, entre tantos outros problemas de ordem econômica e social. Mas **A escola** também evidencia a força e resistência da mulher guineense sem cair em binarismos fáceis que colocam todas as personagens femininas como boas ou os personagens brancos como maus. Antonieta (que maltrata Anazinha), mãe de João e o Sr. Coelho (que dá uma oportunidade de trabalho e estudo para Albertinho) são alguns exemplos disso. “A ausência de um dualismo reducionista pode ser vista especialmente na relação entre brancos e negros como também entre mulher e homem. [...] As tramas desenvolvidas nos contos de Samy perturbam as divisões em questões de raça, gênero ou classe” (Bojic, 2015, p. 303) e nos convidam a pensar que somos iguais porque somos diferentes” (Zea, *apud* Marcondes, 2010, p. 23), então, “por que colorir o mundo de: agitação, / terror / sangue / fogo / dor e / padecimento da / humanidade?” (Samy, 2019, p. 1)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A filosofia *ubuntu* tem suas raízes na África do Sul e como bem observa um dos maiores estudiosos dessa filosofia, o sul-africano Mogobe Ramose, o *ubuntu* é a base da filosofia e da ética africana e se sustenta no pilar da visão includente, cujos princípios se dão na partilha, solidariedade e cuidado mútuos, colocando em primeiro lugar o espírito de comunidade, mas um espírito de comunidade em que as pessoas não perdem sua autonomia e identidade pessoal, ou seja, eu sou porque nós somos.

A noção fundamental da epistemologia e ética ubuntu é — tomando o termo emprestado de Tshiamalenga — a filosofia do “Nós”. Nos termos dessa filosofia, os princípios da partilha, da preocupação e do cuidado mútuos, assim como da solidariedade, constituem coletivamente a ética do ubuntu.

A noção de comunidade na filosofia ubuntu provém da premissa ontológica de que a comunidade é lógica e historicamente anterior ao indivíduo. Com base nisso, a primazia é atribuída à comunidade, e não ao indivíduo. Entretanto, disso não se segue que o indivíduo perca a identidade pessoal e a autonomia. (Ramos, 2010, p. 1)

A luta por emancipação feminina e por direitos em Guiné-Bissau manifesta em sua produção literária é um corpo-voz que fala de si, mas também e sobretudo fala de outros corpos-vozes femininos que têm uma luta-causa-dor comum. Um nós como força vital na luta por dias com menos desventuras e mais voltados para a ética do cuidado e da justiça, porque a justiça, como bem diz Jacques Derrida (2018), não é passível de desconstrução. Ou a máxima dos direitos humanos na leitura de Antônio Cândido, porque “pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo” (Cândido, 2011, p. 172). Que assim seja!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALDÉ, Fatumatá Djarai. **Mulheres Guineenses nos movimentos sociais: caso do movimento Mindjer ika Tambur (MIKAT)**. 2023. Disponível em: repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/4249. Acesso em: 16 abr. 2025.
- BARROS, Miguel de. **Percepções sobre a intimidade e o corpo feminino na literatura poética da Guiné-Bissau**. 2013. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/corpo/percecoes-sobre-a-intimidade-e-o-corpo-feminino-na-literatura-poetica-da-guine-bissau>. Acesso em: 23 fev. 2025.
- BOJIC, Majda. Insubmissão Criativa – uma leitura do livro **A escola** de Domingas Samy. 2015. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/rel/article/view/4299/3677>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- CÂNDIDO, Antônio. O direito à literatura. In. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Editora Ouro Sobre Azul, 2011.
- CHIZIANE, Paulina. Mutola. In: **As andorinhas**. Belo Horizonte: Nandyala, 2019.
- DERRIDA, Jacques. **Força de lei**. São Paulo: Martins Fontes, 2018.
- GARRAFAO, Yolanda. **Entrevista Fala Universidade!** 21/08/2022. Disponível em: <https://falauniversidades.com.br/yolanda-garrafao-coordenadora-do-mindjer-i-ka-tambur/>. Acesso em: 10 abr. 2015.
- GOMES, Patrícia Godinho. **Os Fundamentos de uma Nova Sociedade: O P.A.I.G.C. e a Luta Armada na Guiné-Bissau (1963-1973)**. L'Harmattan Italia srl, 2010.
- HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher: mulheres negras e feminismo**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.
- JORDAN, June Millicent. **Poema Sobre os meus direitos**. Disponível em: <https://gilvander.org.br/site/%EF%BB%BFpoema-sobre-os-meus-direitos-de-june-jordan/>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- KILOMBA, Grada. Às vezes temo escrever. In. **A linguagem da mulher negra: vozes que transcendem o silenciamento**. NASCIMENTO, Silva Larissa, SANTOS, Michelle dos. Revista Água Viva. v. 3, n. 3, Edição Especial 2018.
- LUGONES, Maria. **Colonialidade e Gênero**, 2020. Disponível em: <https://cpdel.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/10/Maria-Lugones-Colonialidade-e-genero.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. N-1 edições, 2018.
- MOREIRA, Joacine Katar. **A cultura di Matchundadi na Guiné-Bissau: Gênero, violências e Instabilidade Política**. 320p, 2017. Tese de Doutorado. Escola de Sociologia e Políticas Públicas. Instituto Universitário de Lisboa. 2015. Disponível em <https://repositorio.iscteuiul.pt/bitstream/10071/17067/4/phd_joacine_katar_morea.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2025.

RAMOSE, Mogobe. Entrevista. 2010. Ubuntu. Eu sou porque nós somos. *In: Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/353>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SAMY, Domingas Barbosa Mendes. **A escola**. Bissau. Editora escolar, 1993.

SAMY, Domingas. **A poesia de Domingas Samy**. Disponível em: <https://poesiaguineenseemportugues.blogspot.com/2019/05/alguns-poemas-de-domingas-samy.html>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SEGATO, Rita. **Cenas de um Pensamento Incômodo: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2022.

SEMEDO, Odete. **(In.)Confidências**. Lisboa: Editorial Novembro, 2023.

SEMEDO, Odete. Entrevista concedida a MARÇAL, Wellington de Carvalho 2017. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafr/literafricas/entrevistas/1798-wellington-marc-al-de-carvalho-entrevista-com-odete-semedo>. Acesso em: 23 abr. 2025.

SEMEDO, Odete. **Entre o ser e o amar**. Guiné-Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 1996.

ZEA, Leopoldo. **Leopoldo Zea e a contribuição de sua filosofia para a educação**. MARCONDES, Ofélia Maria. 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-14062010-170517/publico/OFELIA_MARIA_MARCONDES.pdf. Acesso em: 16 abr. 2025.

Recebido para avaliação em 23/04/2025.

Aprovado para publicação em 23/07/2025.

NOTAS

1 Mestre em Estudos de Linguagens (UFMS) e Doutora em Estudos de Linguagens (UFMS). Atua como docente na Universidade Amílcar Cabral em Bissau, na Guiné-Bissau. yadira-bidemy@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-3341-8142>.

2 Doutora em Ciência da Literatura/Poética (UFRJ) e pós-doutora em Estudos Literários (UFMG). Atua como docente na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (UFMS). Coordena o Grupo de Pesquisa Lumiar.